



Apêndice do ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

OBRAS E SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA - LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS

PREGÃO ELETRÔNICO

90007/2025

(Processo Administrativo nº 0604001/2025)

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA
Compra/Serviço/Obra:	SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA

1. INTRODUÇÃO

- 1.1 O ETP é o documento inicial da fase de planejamento que analisa minuciosamente a demanda específica, buscando identificar a melhor solução disponível no mercado para atendê-la, em conformidade com as normas e princípios da Administração Pública:
- a) Garantir a viabilidade técnica da contratação e abordar a questão do impacto ambiental;
 - b) Identificar o interesse público em jogo e a solução mais adequada;
 - c) Fundamentar o projeto básico/termo de referência, que serão elaborados somente quando a contratação for viável.
- 1.2 O objetivo deste ETP é analisar a viabilidade e os requisitos necessários para a execução do projeto e identificar a solução mais adequada para a contratação futura de serviços de **manutenção preventiva e corretiva de praças e canteiros**, com fornecimento de mão de obra, material e demais insumos necessários e adequados à correta e completa execução dos serviços, através da manutenção de praças e canteiros no Município de Dois Riachos;
- 1.3 Com o objetivo de manter os locais públicos atraentes aos seus usuários, é dever do município executar as ações de conservação e manutenção destes espaços, envolvendo a conservação, a pintura e o bom estado geral destes equipamentos, evitando também desperdício de dinheiro público e promovendo a qualidade de vida dos munícipes. **Serão considerados também fatores ambientais e socioeconômicos, de segurança durante a execução das obras, a fim de minimizar os impactos negativos para a população e garantir a qualidade dos serviços realizados.**
- 1.4 Espera-se que este documento forneça informações suficientes para embasar a elaboração de um projeto detalhado da contratação futura de serviços de **manutenção preventiva e corretiva de praças e canteiros**, com fornecimento de mão de obra, material e demais insumos necessários e adequados à correta e completa execução dos serviços, servindo como referência para a tomada de decisões e planejamento das atividades necessárias, a fim de garantir um resultado final positivo e eficiente.

2. ÁREA REQUISITANTE

Órgão/Entidade:	Secretário(a):
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana	Alberto Marlos de Siqueira
Sector.:	Integrante Técnico:
Engenharia	Guilherme Bezerra de Siqueira



3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (NLL, ART. 18º, §1º, I)

- 3.1 O Município de Dois Riachos está localizado na região centro-oeste do Estado de Alagoas, com população estimada em 2018 é de 11.054 habitantes, está situado a uma altitude aproximada de 245m acima do nível do mar. Limitando-se a norte com o estado de Pernambuco, a sul com o município de Olivença e Major Isidoro, a Leste com Cacimbinhas e Major Isidoro e a oeste com Santana do Ipanema. O município se estende por 141,69km² e contava com 11.054 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 78,10 habitantes por km² no território do município. Situado a 245 metros de altitude, Dois Riachos tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 9º 23' 34,00" Sul, Longitude: 37º 06' 03" Oeste.
- 3.2 Áreas públicas em bom estado de conservação e manutenção, coíbem a ação criminosa e facilitam o trabalho da segurança pública, aliado também com a iluminação de qualidade, garantindo a segurança dos usuários e uma diminuição na taxa de criminalidade dos locais, promovendo também a qualidade de vida dos munícipes e o desenvolvimento da cidade.
- 3.3 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva em praças, canteiros e demais áreas públicas devem ser prestadas imediatamente, conforme demanda, por serem essenciais para a segurança das pessoas frequentadoras de todos esses equipamentos, também, a segurança de todos os bens existentes nestes locais, podendo a falta de prestação dos referidos serviços acarretar graves danos, inclusive, colocar a vida e saúde das pessoas em risco
- 3.4 O presente ETP, tem por finalidade atender o disposto na legislação vigente concernente as contratações públicas, em especial ao artigo 37, inciso XXI da CF/88 e aos dispositivos da Lei nº 14.133/2021 e alterações, bem como, normatizar, disciplinar e definir os elementos que nortearão a contratação de empresa de engenharia para prestação dos serviços de manutenção de praças e canteiros no município;
- 3.5 Em que pese a competência dos Municípios em organizar e prestar serviços públicos diretamente, de acordo com o inciso V, do art. 30, da Constituição da República, cumpre esclarecer que o pleito se trata de obra pública.
- 3.6 O doutrinador **Celso Antônio Bandeira de Mello** esclarece que obra pública é de acordo com a construção, reparação, edificação ou ampliação de um bem imóvel pertencente ou incorporado ao domínio público (MELLO, 2015 - Curso de Direito Administrativo p. 706).
- 3.7 E define serviço público com as seguintes palavras:

Serviço Público é, portanto, toda atividade de oferecimento de utilidade ou comodidade material destinada à satisfação da coletividade em geral, mas fruível singularmente pelos administrados, que o Estado assume como pertinente a seus deveres e presta por si mesmo ou por quem lhe faça às vezes, sob um regime de Direito Público, portanto, consagrador de prerrogativas de supremacia e de restrições especiais, instituído em favor dos interesses definidos como públicos no sistema normativo. (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 27ª edição. São Paulo: Atlas, 2014.)

- 3.8 No cerne da Carta Magna o inciso I, do art. 23, que é competência comum o zelo pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservação do patrimônio público.
- 3.9 Em síntese, a implementação dos serviços de **manutenção preventiva e corretiva de praças e canteiros**, não são apenas medidas de caráter técnico, mas sim ações que refletem diretamente na qualidade de vida e no bem-estar da população. **Garantir condições adequadas do espaço público, estimula o desenvolvimento econômico local e contribui para o bem estar da localidade.**
- 3.10 Dessa forma, sendo recorrente a solicitação desta Secretaria, foi realizada consulta a contratações dessa natureza, através dos portais oficiais de compras, e, constatou-se uma padronização quanto à caracterização do serviço, visando otimizar recursos e objetivando a **manutenção preventiva e corretiva de praças e canteiros.**



- 3.11 Ainda há muito o que se fazer quanto à melhoria dos usos e a ocupação da cidade e a melhor forma de garantir o acesso das pessoas e bens ao que a localidade oferece (locais de emprego, escolas, hospitais, praças e áreas de lazer), soluções de melhoria para privilegiar as pessoas e garantir o acesso amplo e democrático ao espaço, buscando a melhor solução do ponto de vista da viabilidade técnica e econômica sob a ótica do interesse público, para beneficiar a população local com melhor qualidade.
- 3.12 Nesse sentido, o compromisso com a manutenção da infraestrutura viária desta localidade se torna um investimento fundamental para o presente e o futuro da cidade, proporcionando sob a ótica do interesse público, um ambiente mais seguro, eficiente e sustentável para todos os cidadãos de Dois Riachos.

4. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO (NLL, ART. 18º, §1º, II)

- 4.1 A contratação ora proposta está plenamente alinhada aos planos estratégicos instituídos pelo Ente Público. Os projetos básicos bem como todos os elementos técnicos necessários para a execução dos serviços foram desenvolvidos pelo setor de engenharia da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, trazendo apoio ao Poder Público - nele compreendido os órgãos do Poder Executivo, no desempenho de suas funções.
- 4.2 Em consonância com o Decreto nº 17 de 29 de março de 2024, que institui o Plano de Contratações Anual (PCA), no âmbito da Administração Pública Municipal, convém salientar que o PCA se constitui como um mecanismo por meio do qual as projeções de aquisições e contratações a serem efetuadas pela Administração Pública no exercício subsequente são consolidadas, abrangendo bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação.
- 4.3 É oportuno frisar que o objeto da licitação deste ETP resultará na formalização de uma Ata de Registro de Preços, desta forma, os contratos decorrentes desta ARP serão devidamente registrados de acordo com o escopo contratual e a disponibilidade orçamentária vigente.
- 4.4 O SRP, funciona como um conjunto de procedimentos para a realização de licitação para registro formal de preços relativos à prestação de serviços, obras e aquisição de bens para contratações futuras. No SRP devem ser incluídos apenas **serviços comuns de engenharia**, ou seja, aqueles que tem por objeto ações padronizáveis em termos de desempenho e qualidade. As atividades propostas se encaixam nessa situação, que pavimentação, meio fio e passeio são serviços simples, com técnicas definidas e forma de execução consolidada.
- 4.5 Nessa perspectiva, a NLL cuidou de definir serviço de engenharia, detalhando inclusive o que deve ser entendido como **serviço comum de engenharia** e serviços especiais de engenharia. **Vejam os:**

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

*a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de **manutenção, de adequação e de adaptação** de bens móveis e imóveis, **com preservação das características originais dos bens;** (grifo nosso)*

*b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da **alínea “a”** deste inciso;*

- 4.6 Importante observar que o conceito de serviço comum de engenharia na NLL apresenta conotação diferente daquele então constante no inciso VIII, art. 3º do Decreto nº 10.024/19 9 (revogado) que definia como “comum” o serviço “cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado”.



- 4.7 A NLL dispõe que além de serem objetivamente padronizáveis pelo mercado, tais serviços deverão manter preservadas as características originais dos bens, ou seja, serviços comuns seriam os relacionados a reparos e manutenção dos bens imóveis já existentes, que não alterem as características dos bens, e não trazem inovação no espaço.
- 4.8 Para **PALAVÉRI, 2023**, o vocábulo “Comum” deve caracterizar bens e serviços conhecidos de forma inquestionável e obtidos com facilidade no mercado, que sigam padrões usuais de especificação ou execução. São serviços, também, que já estão enraizados no hábito da Administração, fazendo parte do cotidiano dos órgãos públicos.
- 4.9 Tendo-se como referência o conceito legal de **serviço comum de engenharia**, depreende-se que todos os demais serviços de engenharia que alterem as características originais do bem, e os predominantemente intelectuais, não poderão ser realizados por pregão. Em casos como tais, vale dizer, a contratação deverá se dar por meio de concorrência.
- 4.10 Observa-se que a lei, proibiu expressamente, no parágrafo único, do art. 29, o uso do pregão para serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual de obras e serviços de engenharia, **exceto os comuns que podem ser objetivamente padronizáveis. (Lei 14.133/21)**
- 4.11 Importa ressaltar, contudo, o entendimento do **CONFEA**, na Resolução nº 1.116, de 26 de abril de 2019, no qual assevera que todas as obras e serviços de engenharia são caracterizados como intelectuais, científico e técnico, **vejamos:**

Art. 1º Estabelecer que as obras e os serviços de Engenharia e de Agronomia, que exigem habilitação legal para sua elaboração ou execução, com a emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, são serviços técnicos especializados.

§1º Os serviços são assim caracterizados por envolverem o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, por abarcarem risco à sociedade, ao seu patrimônio e ao meio ambiente, e por com as devidas atribuições.

§2º As obras são assim caracterizadas em função da complexidade e da multiprofissionalidade dos conhecimentos técnicos exigidos para o desenvolvimento do empreendimento, sua qualidade e segurança, por envolver risco à sociedade, ao seu patrimônio e ao meio ambiente, e por demandar uma interação de concepção físico-financeira que determinará a otimização de custos e prazos, exigindo, portanto, profissionais legalmente habilitados e com as devidas atribuições.

- 4.12 Sobre o assunto, importante transcrever a doutrina de Dotti:

*“Ao definir serviço de engenharia como sendo serviço técnico especializado, a Resolução no 1.116, de 26/04/2019 - CONFEA, reflexamente, afasta a utilização da modalidade pregão para a contratação desse objeto. **De salientar-se que a Resolução citada não tem força para definir a modalidade licitatória adequada para a contratação de obra e serviço de engenharia. Há regramento jurídico específico dispondo a respeito.** Ademais, compete à autoridade competente, se dúvida houver, solicitar parecer técnico a profissional habilitado acerca da classificação correta do objeto da licitação como obra, serviço de engenharia, serviço comum de engenharia ou serviço especial de engenharia, decidindo, a partir da conclusão técnica aplicável ao caso específico, a respeito da utilização da modalidade licitatória adequada, conforme regramento jurídico vigente.” (DOTTI, Marinês R, 2022.)*

- 4.13 Embora seja relevante o entendimento do **CONFEA**, cabe dizer que tal não pode se sobrepor aos termos expressos da Lei Federal nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações). Além disso, há farta jurisprudência enquadrando vários serviços de engenharia como “comuns”, possibilitando sua contratação por meio de pregão. **Vejamos:**



[...]

“Na aquisição de serviços comuns de engenharia, a Administração deve utilizar obrigatoriamente a modalidade pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica, devendo justificar a inviabilidade dessa forma caso adote o pregão presencial. (Acórdão 505/2018-Plenário)

4.14 Para a NLL, a atividade será enquadrada como obra quando:

- I) seu exercício, por força de lei, for privativo das profissões de engenheiro e arquiteto, e, cumulativamente,*
- II) importar em inovação do espaço físico da natureza ou substancial alteração das características originais de bem imóvel.*

4.15 De outra sorte, a classificação como serviço de engenharia, por outro lado, tem um caráter de exclusão: **trata-se de atividade desempenhada por arquiteto, engenheiro ou técnico especializado que importe em utilidade para a Administração, mas não constitua obra, ou seja, não importe em inovação ou alteração substancial do ambiente ou bem imóvel.**

4.16 Já o “Manual de Obras e Serviços de Engenharia da Consultoria-Geral da União”, reproduz o **Parecer n. 075/2010/DECOR/CGU/AGU**, que sintetizou a concepção de Obra ou Serviço de Engenharia sob o viés da alteração significativa ou não significativa do espaço. **Vejamos:**

- a) Em se tratando de alteração significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de obra de engenharia, **vedada a adoção do pregão;***
- b) Em se tratando de alteração não significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de serviço de engenharia, **cabível a adoção do pregão;***

4.17 Segundo, **Marçal Justen Filho 1:**

*“**bem ou serviço comum** é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio”.*

4.18 Portanto, o caráter comum ou especial do serviço está ligado à presença, ou não, de padronização no mercado e não reside, necessariamente, no grau de complexidade executiva do serviço ou na imposição legal de que a atividade seja exercida por profissionais habilitados. O que atrai o enquadramento do serviço como comum é o domínio do mercado sobre as técnicas de sua realização, em face da existência de características padronizadas de desempenho e de qualidade.

4.19 Desta forma, a licitação pressupõe em contratação de serviços comuns de engenharia por SRP, onde a contratação dar-se-á através de Ata de Registro de Preços. Assim, estipula-se que o prazo de vigência da referida Ata, será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, desde que devidamente motivada, e comprovado o preço vantajoso.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (NLL, ART. 18º, §1º, III)

5.1 São requisitos da contratação:

- 5.1.1 Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Dois Riachos.
- 5.1.2 Localização: Atuação em Praças de Dois Riachos.
- 5.1.3 População Beneficiada: Toda a População de Dois Riachos.
- 5.1.4 Regime de execução: o regime adotado será o de empreitada por preço unitário.
- 5.1.5 Permissão de participação de consórcios: Não;
- 5.1.6 Permissão de participação de empresas estrangeiras: Sim
- 5.1.7 Subcontratação: não será permitido subcontratação
- 5.1.8 Modalidade de licitação: Pregão regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



5.1.9 Forma: Eletrônica para maior abrangência e maior competitividade, estando em conformidade com o que rege § 2º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.10 Procedimentos para Contratação: Sistema de Registro de Preços.

5.1.11 Critério de Julgamento: Menor preço/Maior Desconto.

5.1.12 Ata de Registro de Preços:

5.14.1.1 Homologada a licitação, o registro de preços será formalizado mediante Ata de Registro de Preços, com o objetivo de registrar formalmente as propostas de preço para futuras contratações objeto desta licitação, com compromisso obrigacional por parte das empresas CONTRATADAS, e sem obrigar que sejam efetivadas pela Administração as aquisições que dele poderão advir.

5.14.1.2 A Ata de Registro de Preços estará integralmente vinculada a este Termo de Referência e ao Edital e seus Anexos, em todas as suas cláusulas, e às propostas recebidas e homologadas por ocasião da sessão pública do certame, independentemente de transcrição, bem como obedecerá, na íntegra, à Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e toda a legislação federal, estadual e municipal pertinente.

5.14.1.3 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir do cumprimento dos requisitos de publicidade oficial, e estará integralmente condicionada às cláusulas deste Termo de Referência, independentemente de sua transcrição. No caso da CONTRATADA, depois de convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções a ela previstas no Edital, a PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS/AL registrará os licitantes por Região, como CADASTRO DE RESERVA, na ordem de classificação, desde que aceitem as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.14.1.4 A Ata de Registro de Preço poderá sofrer alterações e ter seus **quantitativos originalmente registrado renovado** quando comprovada a manutenção do preço vantajoso, e desde que a sua prorrogação seja celebrada por termo aditivo dentro do prazo de sua vigência, obedecidas às disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 observado o disposto do Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU).

5.14.1.5 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, as CONTRATADAS serão chamadas a executarem os serviços demandados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS/AL.

5.1.13 **Qualificação dos serviços:** Trata-se de serviços padronizados e para melhor gestão dos contratos os serviços planejados deverão ser executados por um único contratante, tendo em vista a complexidade de realizar a divisibilidade do objeto da licitação por tratar-se de serviços de melhoria que se interligam entre si, comprometem a qualidade um do outro, e visam manter o desempenho e qualidade dos referidos serviços.

5.1.14 **Qualificação da Contratada:** A contratada para a execução do objeto deve, necessariamente, ser empresa especializada no ramo da construção civil, técnico-operacional (para a gestão da mão de obra exigida) e técnico-profissional, comprovadas por: certidão negativa do FGTS, certidão negativa da fazenda federal, certidão negativa da fazenda estadual, certidão negativa da fazenda municipal, certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT, atestado de visita técnica, fornecido pelo engenheiro civil do município de Dois Riachos (a visita deverá ser efetuado pelo engenheiro/arquiteto responsável pela construtora, munido de certidão de pessoa física e jurídica do CREA/CAU, bem como carteira de identificação profissional) ou apresentação de declaração de conhecimento, contrato social, cartão do CNPJ, certidão de registro profissional emitida pelo CREA/CAU, certidão de registro de pessoa jurídica emitida pelo CREA/CAU, que também comprove vínculo do profissional que confere responsabilidade técnica à empresa.



5.1.15 Desapropriação: Não existe necessidade de desapropriação por se tratarem de serviços de manutenção preventiva e corretiva de praças e frentes existentes.

5.1.16 Licença ambiental: Ficará de responsabilidade pela obtenção do licenciamento ambiental a PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS/AL.

5.1.17 Permissão de Participação de ME/EPP: Sim;

5.1.18 Exclusividade/Benefício ME/EPP (Art. 48, Lei Complementar nº 123/2006): Não Aplicável;

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (NLL, ART. 18º, §1º, IV)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Serviços de manutenção preventiva e corretiva de praças e canteiros, com fornecimento de mão de obra, material e demais insumos necessários e adequados à correta e completa execução dos serviços.	1350	Obras Civas de Parques e Praças	1

6.1 As estimativas das quantidades de mão de obra, serviços e insumos foram baseadas na Tabela SINAP levando em consideração a necessidade das secretarias, em face das inúmeras demandas provenientes da prestação dos serviços de manutenções de prédios, logradouros, praças, e de ruas urbanas e/ou rurais, para assim, contribuir/garantir/reduzir a possibilidade de descontinuidade das atividades de competência de diversos setores, considerando a disponibilidade orçamentária e financeira disponível.

6.2 No que diz respeito as edificações, tem-se a seguinte relação de equipamentos públicos que poderão ser beneficiados com eventual contratação de serviços de manutenção de praças e canteiros sob a Administração desta Secretaria: considerando a área levantada de 13.020,90 m2 dos espaços públicos sob a administração da Secretaria Municipal de Obras, e considerando um gasto de manutenção de R\$ 177,43 por m2, teremos uma estimativa total anual de R\$ 2.310.298,29 (Dois Milhões, trezentos e dez mil, duzentos e noventa e oito reais e vinte e nove centavos) para os espaços públicos listados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS IMÓVEIS	ÁREA (m²)
1	Praça do Pr. Ozório	7.141,00
2	Praça Central	2.696,10
3	Praça da Matriz	1.925,00
4	Praça da Independência	1.258,00

6.3 Os serviços relacionados na planilha de quantidades e preços serão executados em consonância às Normas Técnicas vigentes para o tipo de serviço a que se destinam.

6.4 É importante deixar claro que os serviços estimados devem ser executados por uma mesma Contratada, pois são tecnicamente interrelacionados e devem ser executados em conjunto para garantir um resultado satisfatório.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO (NLL, ART. 18º, §1º, V)

7.1 Ao analisar contratações de outros órgãos públicos referentes a manutenção de praças foi possível observar que o modelo de contratação de empresa especializada para prestação de serviços com mão de obra sem dedicação exclusiva, com ressarcimento de material e serviços eventuais (sob demanda) é usualmente empregado em situações similares.

7.2 Ainda, foram analisados editais de licitação para contratação de serviços similares ao referido objeto, onde foi observado que:

7.2.1 O código no Catálogo de Serviços (CATSER), disponível no portal de compras governamentais, que se enquadra para o objeto da contratação será o 1350 - Obras Civas de Parques e Praças em consulta realizada no portal de compras governamentais.



- 7.2.2 Os serviços objeto da contratação estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme as especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo de Serviços (CATSER).
- 7.3 Para contratação do objeto, foram identificadas as seguintes alternativas de soluções possíveis:
- Solução 1** - buscar atas de registro de preços disponíveis para a realização de adesão;
Solução 2 - manifestar "IRP" junto a outro órgão, na condição de participante;
Solução 3 - realizar licitação própria.
- 7.4 Assim, dentro do presente estudo, foram analisados processos de contratações semelhantes feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou soluções que melhor atendessem às desta municipalidade.
- 7.5 Após análise criteriosa sobre as soluções, notou-se que não foi encontrada ata de registro de preços disponível para a realização de adesão que contemplasse todos os itens imprescindíveis para realização da contratação dos serviços de manutenções de prédios, logradouros, praças, e de ruas urbanas e/ou rurais, com fornecedores do ramo para atender as demandas, assim a melhor possibilidade é a realização de licitação própria.
- 7.6 É importante notar que, o Município de Dois Riachos, com o intuito de atender as demandas e assim manter a prestação de serviços ao público, seguindo com a eficiência de nossos trabalhos, através da equipe técnica e da área requisitante, apresenta o seguinte estudo das possibilidades para atendimento a nossas necessidades quanto aos ambientes.
- 7.7 Para estimativa dos custos da contratação, foi utilizado o valor estimado para os serviços de manutenção preventiva e corretiva, e os custos para serviços de adequação e adaptação a partir da composição de preços unitários obtido na Tabela SIE-Manutenção-SINAPI, em consonância com o disposto do Art. 3º, inciso VI, da IN SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021.
- 7.8 Quanto à modalidade licitatória, verificam-se 2 possibilidades para a licitação de **serviços comuns de engenharia**, cujos conceitos foram extraídos do Artigo 6º, incisos XXXVIII e XLI da Lei 14.133/2021, apresentados a seguir:
- **Concorrência:** modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e **serviços comuns** e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser: a) menor preço; b) melhor técnica ou conteúdo artístico; c) técnica e preço; d) maior retorno econômico; e) maior desconto;
 - **Pregão Eletrônico:** modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e **serviços comuns**, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;
- 7.9 Com a Lei nº 14.133/21, a diferença entre a concorrência e o pregão deixa de ser baseada no rito de cada modalidade e passa a se basear no objeto a ser contratado e no critério de julgamento adotado. Nesse sentido, a concorrência pode ser considerada uma modalidade subsidiária ao pregão e qualquer uma das duas modalidades poderia ser empregada no presente certame. Devido à ampla utilização de pregão eletrônico para licitações de serviços comuns de engenharia, conforme apresentado no benchmark, optou-se por essa modalidade.
- 7.10 Nesse contexto, inserem-se mais 2 definições, retiradas do Artigo 6º, incisos XLV e XLVI da Lei 14.133/2021, ilustrados abaixo:
- **Sistema de Registro de Preços:** conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;
 - **Ata de Registro de Preços:** documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas;



- 7.11 Verificou-se que a adoção de uma estratégia de SRP representa a solução ideal para assegurar transparência e eficácia na distribuição de recursos, uma vez que a ata de registro de preços apresenta um compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas. Esta avaliação do contexto oferece uma fundação robusta para a formulação de estratégias e iniciativas prospectivas, enfatizando a relevância de uma abordagem integrada, sustentável e adaptativa para a realização de serviços indispensáveis na infraestrutura viária do MUNICÍPIO DE DOIS RIACHOS, conforme preconiza também nos Art. 82 e o Art. 85 da Lei 14.133/2021:

Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

- I - as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;
- II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;
- III - a possibilidade de prever preços diferentes:
 - a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;
 - b) em razão da forma e do local de acondicionamento;
 - c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;
 - d) por outros motivos justificados no processo;
- IV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;
- V - o critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado;
- VI - as condições para alteração de preços registrados; VII - o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;
- VIII - a vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;
- IX - as hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequências.

§ 1º O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos, deverá ser indicado no edital.

§ 2º Na hipótese de que trata o § 1º deste artigo, observados os parâmetros estabelecidos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 desta Lei, a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

§ 3º É permitido registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, apenas nas seguintes situações:

- I - quando for a primeira licitação para o objeto e o órgão ou entidade não tiver registro de demandas anteriores;
- II - no caso de alimento perecível;
- III - no caso em que o serviço estiver integrado ao fornecimento de bens.

§ 4º Nas situações referidas no § 3º deste artigo, é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e é vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata.

§ 5º O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes condições:

- I - realização prévia de ampla pesquisa de mercado;



- II - seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento;
- III - desenvolvimento obrigatório de rotina de controle;
- IV - atualização periódica dos preços registrados;
- V - definição do período de validade do registro de preços;
- VI - inclusão, em ata de registro de preços, do licitante que aceitar cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original.

§ 6º O sistema de registro de preços poderá, na forma de regulamento, ser utilizado nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.

Art. 85. A Administração poderá contratar a execução de obras e serviços de engenharia pelo sistema de registro de preços, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I - existência de projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;
- II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

- 7.12 Conforme preconizado no Art. 82, inciso V, o critério de julgamento da licitação, será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado. A INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, de 30 de setembro de 2022, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, informa no seu Art. 3º:

“O critério de julgamento de menor preço ou maior desconto será adotado quando o estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que excederem os requisitos mínimos das especificações não forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração.”

- 7.13 Como se tratam de serviços comuns de engenharia, cuja execução é padronizável, verifica-se que ambos os critérios de julgamento atenderiam ao objeto proposto. Entretanto, o parágrafo 2º do Art. 34 dispõe:

“§ 2º O julgamento por maior desconto terá como referência o preço global fixado no edital de licitação, e o desconto será estendido aos eventuais termos aditivos.”

- 7.14 Dessa forma, subentende-se que no caso do critério de julgamento de maior desconto, seria sobre o valor global do certame, compreendendo todos os itens, enquanto no caso do critério de julgamento de menor preço, seria por item licitado.
- 7.15 Assim, o **critério de maior desconto** seria mais favorável à Administração, visto que a composição por item com menor preço, seria um valor possivelmente superior ao do critério de maior desconto, onde o licitante poderia ter algum item com valor superior.
- 7.16 Em resumo, a Administração busca os serviços mencionados no estudo para suprir as demandas coletivas e cumprir obrigações vinculadas ao princípio do “dever de fazer”. O modelo de contratação de uma empresa especializada, mais abrangente do que a simples aquisição de equipamentos e equipe técnica, transfere às contratadas a responsabilidade pela gestão e custeio de atividades como manutenção, reposição de peças, administração de documentação, entre outras.
- 7.17 No paradigma de contratação de uma empresa especializada em conservação e manutenção de pavimentos asfálticos, incluindo o fornecimento de insumos, os ônus e incumbências são transferidos para as contratadas, conferindo maior eficácia, eficiência e efetividade ao processo.
- 7.18 A contratação visa atender às necessidades específicas desta secretaria, alinhadas com as demandas das nove regiões de atendimento. A definição da modalidade de licitação foi obtida através das pesquisas realizadas no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP, sendo o Pregão Eletrônico o mais utilizado para execução desses serviços.



- 7.19 Essa escolha é justificada pela padronização dos serviços e pela qualidade, que são objetivamente definidas por meio de especificações usuais de mercado, possibilitando ampla participação de empresas, o que economicamente é mais vantajoso.
- 7.20 A opção pelo Sistema de Registro de Preços permite que compradores públicos obtenham preços de fornecedores qualificados sem a necessidade de realizar licitações individuais. Considerando a extensão de atendimento proposta, o SRP economiza tempo e recursos administrativos, reduzindo a burocracia e os custos operacionais. Isso possibilita a execução conforme os critérios estabelecidos pelo Comitê do projeto, além da disponibilidade orçamentária desta secretaria.
- 7.21 A expertise do corpo técnico da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana quanto à solução em engenharia viária proposta neste estudo reforça a importância dos princípios de economicidade e eficiência. Os serviços contemplados neste estudo são fundamentais para a elaboração de projetos de pavimentação, justificando a contratação de uma empresa especializada por meio de Pregão Eletrônico para obtenção do Registro de Preços, satisfazendo às necessidades do Município de Dois Riachos.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (NLL, ART. 18º, §1º, VI)

- 8.1 A adoção como referência de preços do SINAPI está alinhada às regras constantes da Lei 14.133 de 2021, que estabelece que os preços globais das obras ou serviços de engenharia sejam obtidos a partir da composição de preços unitários obtido no SINAPI e que sejam menores ou iguais aos valores constantes no respectivo sistema (SINAPI/ORSE/SICRO), acrescido do percentual do BDI (vide Anexos I). Considerando que a precificação se encontra ainda na fase de planejamento, os custos estimados deverão ser aprovados pela autoridade superior, sob pena de haver arquivado o presente relatório de viabilidade

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de manutenção preventiva e corretiva de praças e canteiros, com fornecimento de mão de obra, material e demais insumos necessários e adequados à correta e completa execução dos serviços.	1350	Obras Cíveis de Parques e Praças	1	R\$ 2.310.298,29	R\$ 2.310.298,29

- 8.2 O valor estimado para esta contratação é de: **R\$ 2.310.298,29 (Dois Milhões e trezentos e dez mil e duzentos e noventa e oito reais e vinte e nove centavos)**, sendo vinculado às planilhas estimativas unitárias das tabelas SINAPI/ORSE.
- 8.3 Na formulação das Propostas de Preços os licitantes deverão considerar o percentual de recolhimento de ISS com base na alíquota média adotada pelo ISS dos municípios situados na região, conforme a seguir exposto:

MUNICÍPIO – REF OBRA	Alíquota de ISS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS	3%

- 8.4 Assim, para os serviços de cada Região será adotada a alíquota média Referencial, sendo 3%, e o percentual máximo do ISS a ser considerado na composição do BDI das propostas objeto da presente licitação, alertando-se que o valor do preço unitário não poderá ultrapassar o valor do órgão.
- 8.5 Ressalvamos ainda que o valor do ISS a ser apurado quando do pagamento deverá ser efetivamente o do referido município em que o serviço for executado.
- 8.6 Dessa forma, depreende ser tecnicamente e economicamente viável a execução indireta do serviço.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO (NLL, ART. 18º, §1º, VII)

- 9.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nas peças técnicas anexas ao projeto básico, abrange a executar, sob demanda, serviços comuns de engenharia com fornecimento de mão de obra capacitada e material de primeira qualidade.



9.2. Neste tópico urge a importância ressaltar 4 conceitos básicos, extraídos do Artigo 6º, inciso XXI da Lei 14.133/2021, apresentados a seguir:

- **Serviço de Engenharia:** “toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados”;
- **Serviço Comum de Engenharia:** “todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens”;
- **Serviço Especial de Engenharia:** “aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea “a” deste inciso”;
- **Obra:** “toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel”;

9.3. Dito isto, verifica-se a partir dos conceitos apresentados, que o objeto se refere a um **serviço de engenharia**, visto que se trata de um serviço de manutenção visando a recuperação original do das praças e canteiros, pertencente ao subgrupo de **serviço comum de engenharia**, uma vez que se compõe de serviços comuns e padronizados de execução, pretendendo a manutenção original da via.

9.4. Após a realização de busca por soluções que fomentassem a demanda apresentada, vejamos duas possibilidades:

Contratação A: consiste na contratação de empresa **com dedicação exclusiva de mão de obra**, visto que atende com eficácia os serviços de manutenção preventiva, que são serviços continuados, não há variação sazonal, os empregados da contratada são alocados para trabalhar continuamente nas dependências do órgão (Prefeitura Municipal de Dois Riachos) e a execução dos serviços segue uma rotina específica estabelecida e supervisionada pela fiscalização do contrato.

Contratação B: consiste na contratação de empresa para realização de serviços **sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra**, opção mais adequada aos serviços de manutenções corretivas, visto que não há necessidade de alocação contínua de empregados da contratada nas dependências do órgão (Prefeitura Municipal de Dois Riachos), dado que o efetivo contratado é variável a depender das demandas do contratante, bem como a disponibilidade de recursos financeiros.

9.5. A contratação será realizada por meio de licitação própria (**Contratação B**), na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.6. Acredita-se, ainda, que este modelo de contratação, torna o processo mais enxuto e reduz desperdícios de tempo e informação, facilitando a gestão contratual e o gerenciamento de riscos, com redução de procedimentos administrativos, além de se reduzir custos financeiros, bem como, viabilizar o critério de economicidade e sustentabilidade para a Administração.

9.7. Para a prestação dos serviços/fornecimento dos insumos/materiais/equipamentos pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

9.8. Sendo assim, tal solução é a mais viável, pois não possui outra maneira de contratar (serviços) que não seja por meio de licitação.



10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (NLL, ART. 18º, §1º, VIII)

- 10.1 O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.
- 10.2 Nesse sentido justificamos a impossibilidade do parcelamento do objeto, visto que é uma contratação que contém especificações e elementos que não podem ser divididos, isso poderia causar interferência na qualidade do serviço. E, pelo fato de os serviços serem dependentes entre si, tornar-se-ia inviável a desmobilização e nova mobilização para continuação da execução do objeto.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS (NLL, ART. 18º, §1º, IX)

- 11.1 A contratação tem como objetivo, urbanizar praças e canteiros, permitindo assim, melhorar a saúde da vida da população.
- 11.2 O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, se dará por meio de licitação, mediante SRP, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, tipo menor preço/menor desconto, cujo regime de execução será o da “**empreitada por preço unitário**” e o contrato que vier a ser firmado terá o prazo de execução de 1 (um) ano podendo ser prorrogado, desde que devidamente motivada, e comprovado o preço vantajoso.
- 11.3 Orienta-se pela adoção da “**empreitada por preço unitário**”, sendo a remuneração padronizada conforme as medições executadas, à medida em que são concluídas previamente definidas conforme o cronograma físico-financeiro.
- 11.4 Os resultados pretendidos com a presente contratação incluem:
- 11.4.1 Alinhamento com Normativas e Melhores Práticas:**
- 11.4.1.1 A aplicação de diretrizes técnicas e melhores práticas para assegurar a qualidade e a conformidade das intervenções, preservando a integridade dos usuários e a longevidade das melhorias implementadas.
- 11.4.2 Eficácia:**
- 11.4.2.1 Atendimento à população, garantindo o acesso livre e de qualidade, para que possam circular com tranquilidade e segurança. Garantindo também o atendimento de todas as demandas no suporte à atividade finalística do órgão.
- 11.4.3 Gestão Eficiente de Recursos:**
- 11.4.3.1 Aperfeiçoamento da gestão dos recursos financeiros, humanos e materiais disponíveis, visando maximizar o impacto positivo nas condições das praças e canteiros.
- 11.5 A Licitante deverá garantir a exequibilidade dos preços propostos, conforme determinará o projeto básico e edital de contratação.
- 11.6 Os serviços serão prestados por empresa do ramo de engenharia civil, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro contrato.

12. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO (NLL, ART. 18º, §1º, X)

- 12.1 A solução escolhida proporcionará benefícios para a instituição, em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, alinhada a padronização e aos instrumentos estratégicos institucionais e governamentais.
- 12.2 Importante destacar as diferentes dimensões dos benefícios esperados:



- 12.2.1 **Eficácia:** Significa atingir o objetivo. A solução será eficaz caso entregue os produtos de acordo com prazos e qualidade previamente definidos.
 - 12.2.2 **Efetividade:** Implica em produzir o efeito esperado. A solução será efetiva caso produza os resultados (benefícios) pretendidos com a contratação, em termos de objetivos de negócio e estratégicos da instituição.
 - 12.2.3 **Eficiência:** É fazer certo; fazer bem-feito; fazer mais com menos recursos. A solução será eficiente quando, além de ser eficaz, atende ao princípio da economicidade.
 - 12.2.4 **Economicidade:** Corresponde à melhor relação entre custo e benefício.
- 12.3 Além disto, pretende-se, com o presente processo licitatório:
- 12.3.1 Assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.
 - 12.3.2 Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.
- 12.4 A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.
- 12.5 Espera-se com esta contratação que sejam contemplados com material de qualidade. Os benefícios diretos e indiretos podem ser percebidos na economicidade, uma vez que o procedimento licitatório permite a contratação de empresa especializada por preço competitivo no mercado, uma vez que há concorrência entre as empresas do ramo de atividades, com a oferta de menor preço considerando os requisitos previamente estabelecidos no edital da licitação, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (NLL, ART. 18º, §1º, XI)

- 13.1 As contratações correlatas são aquelas cujos objetos sejam similares ou correspondentes entre si; já as contratações interdependentes são aquelas que, por guardarem relação direta na execução do objeto, devem ser contratadas juntamente para a plena satisfação da necessidade da Administração. Portanto, após verificação dos serviços a serem contratados, observou-se que não se faz necessária à realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes para perfeita execução do objeto pretendido, uma vez que todos os meios necessários para a operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (NLL, ART. 18º, §1º, XII)

- 14.1 Certo é que o planejamento e execução dos procedimentos licitatórios devem sempre serem motivados com vistas à redução do consumo, análise da produção, distribuição, uso e disposição, o que determinará a vantajosidade econômica da proposta, estimulando assim os fornecedores a proporcionarem ao mercado produtos e serviços sustentáveis e que, de certa forma, fomentem a inovação com o uso racional de produtos com menor impacto ambiental negativo.
- 14.2 A consciência da responsabilidade de cada cidadão, das organizações em geral e, em especial, do poder público, quanto as mudanças que viabilizem a continuidade da vida no planeta, vem crescendo a cada dia, ainda que com percalços, de forma contraditória, com avanços e retrocessos, e com as dificuldades inerentes aos processos humanos.
- 14.3 Sob tal perspectiva, as contratações públicas sustentáveis representam a adequação da contratação ao que se chama consumo sustentável. Significa pensar a “proposta mais vantajosa para a administração” levando-se em conta não apenas o menor preço, mas o custo como um todo, considerando a manutenção da vida no planeta e o bem-estar social. Vale lembrar que os recursos naturais do país e sua biodiversidade são recursos públicos e como tal devem ser preservados



- 14.4 Visando minimizar os possíveis impactos ambientais que poderão advir da presente contratação, deverão ser observadas todas as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em todas as fases do procedimento administrativo;
- 14.5 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- 14.6 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.
- 14.7 A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.
- 14.8 Controle da emissão de ruídos que não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
- 14.9 Fornecimento de equipamentos de segurança que se fizerem necessários aos empregados para a execução de serviços;
- 14.10 Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
- 14.11 Cumprir, além das normas de segurança constantes destas especificações, todas as outras disposições legais, federais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência, imprudência ou imperícia quantos às precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais na execução dos serviços.
- 14.12 A fiscalização poderá solicitar a qualquer tempo a comprovação do descarte adequado dos materiais sob pena da aplicação de sanções.
- 14.13 A comprovação da observância aos critérios registrados poderá ser feita mediante apresentação de certificado emitido por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o material fornecido cumpre as exigências elencadas no Termo de Referência.

15. MATRIZ DE RISCO

- 15.1 As situações identificadas para fins de alocação dos riscos são as que seguem descritas no quadro abaixo:

MATRIZ DE RISCO:

16.1.1. Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATANTE:

Tipo de risco	Descrição	Materialização	Mitigação	Alocação
Variação excessiva dos custos dos materiais utilizados para execução da obra	Alteração dos preços em razão de políticas fiscais ou tributárias aplicadas pelo Estado	Impossibilidade de execução da obra pelo aumento excessivo do custo dos materiais	Reequilíbrio econômico-financeiro	Contratante



Caso fortuito ou força maior	Situações de obra que configurem caso fortuito ou força maior	Impossibilidade de continuidade na execução da obra	Reequilíbrio econômico-financeiro	Contratante
------------------------------	---	---	-----------------------------------	-------------

16.1.2. Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATADO:

Tipo de risco	Descrição	Materialização	Mitigação	Alocação
Roubos ou furtos na obra	Prejuízos gerados por segurança inadequada no canteiro de obras, gerando custos adicionais	Aumento dos custos e do prazo de conclusão da obra	Planejamento interno da empresa	Contratada
Incapacidade de gerenciamento de obras e serviços concomitantes	Falta de mão de obra para cumprimento dos prazos do contrato	Aumento do prazo para conclusão da obra	Gerenciamento de pessoas eficiente pela empresa e contratação de mão de obra em quantidade suficiente	Contratada
Atraso no repasse dos recursos decorrentes de convênio com outros entes públicos	Atraso do repasse dos recursos inicialmente firmados para pagamento da contratada para parcelas de medição	Ausência de correção monetária/inflação do período da medição até o pagamento.	Provocação do ente que firmou o convênio com a Administração para verificação acerca do motivo do atraso do repasse	Contratada

16.1.3. Constituem riscos a serem compartilhados pelas partes CONTRATANTE e CONTRATADO:

Tipo de risco	Descrição	Materialização	Mitigação	Alocação
Projeto final	Quantidade e qualidade insuficientes ou inadequadas dos itens de serviços previstos na planilha de estimativa de custos para realização da obra.	Necessidade de aditivo de adequação de planilha com possibilidade de aumento de custo previsto.	A administração juntamente com a contratada deverá elaborar uma planilha de custos para oficialização de um termo aditivo ao contrato.	Contratante / Contratada
Alteração de projeto	Alteração do projeto e/ou especificações, no decorrer da elaboração do projeto executivo e/ou por opção da Contratada, inclusive metodologia executiva (no caso de alteração de traçado ou projeto, por opção da Contratada). Alteração do projeto e/ou especificações, por solicitação da Contratada.	Necessidade de aditivo de adequação de planilha com possibilidade de aumento de custo previsto.	Remuneração do serviço alterado por meio de termo aditivo específico, previamente aprovado pelo município. Solução técnica por conta da contratada, desde que previamente aprovada pelo município, e o resultado técnico e econômico anteriormente proposto for atingido integralmente. Toda e qualquer alteração proposta, ou divergência em relação ao projeto de engenharia, deve ser comunicada à fiscalização e ser objeto de consulta ao autor/responsável técnico (profissional e/ou empresa de	Contratante / Contratada



			projeto), mediante formalização acompanhada da identificação de evidências.	
Atraso no cronograma.	Ocorrência de eventos que impeçam o cumprimento do prazo ou que aumentem custos, incluindo eventos climáticos, sem excluir demais eventos	Aumento de custo devido ao aumento de prazo e à necessidade de adequação de planilha com inclusão de serviços extras ou aumento de quantitativos.	Aplicação de solução de engenharia e possibilidade de elaboração de aditivo de adequação de planilha e/ou acréscimo de valor.	Contratante / Contratada
Atraso no início das obras	Não obtenção das licenças, inclusive de canteiros, jazidas e bota-fora. Necessidade de complementação de estudos ambientais.	Aumento de custo por atraso do cronograma.	A administração e contratada deverão obter as licenças ambientais pertinentes antes do início das obras. A Contratada deverá manter disponível apenas a estrutura necessária à realização dos serviços efetivamente liberados	Contratante / Contratada

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (NLL, ART. 18º, §1º, XIII)

- 16.1 Diante do exposto, conclui-se que é imprescindível a realização de licitação para contratação de empresa de engenharia especializada para prestar serviços, sobre demanda, de Manutenção Preventiva e Corretiva com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, referenciados nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos da Tabela SINAPI/ORSE/SICRO em praças e canteiros do Município de Dois Riachos/AL.
- 16.2 Por meio da competição entre fornecedores, busca-se garantir a economicidade na aplicação dos recursos destinados à infraestrutura, maximizando o resultado obtido com os investimentos realizados. A realização de licitação possibilita a obtenção dos melhores preços e condições de mercado, contribuindo para a otimização dos recursos públicos. Por meio da competição entre fornecedores, busca-se garantir a economicidade na aplicação dos recursos destinados à infraestrutura, maximizando o resultado obtido com os investimentos realizados.
- 16.3 Assim, pode-se afirmar que tal oferta pública contribui para a igualdade de acesso a direitos fundamentais, especialmente para assegurar a dignidade humana como um valor e um direito que é referência para os demais direitos e, que a contratação pretendida mostra-se viável tecnicamente e necessária.
- 16.4 Este ETP está de acordo com a legislação vigente;
- 16.5 Assim sendo, diante de todas as descrições mencionadas nesse documento, opinamos pela viabilidade técnica e econômica da presente contratação, dentro dos moldes estabelecidos no presente estudo.

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

- 17.1 Diante do exposto, declara-se ser **VIÁVEL** a contratação pretendida com base neste **ETP** consoante o inciso XIII, art. 20º do Decreto Municipal nº 10/2025 de 09 de janeiro de 2025, do **GABINETE** do **EXECUTIVO**.

18. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

- 17.2 Com base nos estudos expostos acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, considera-se que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, junto a Prefeitura.



Área Requisitante:

Alberto Marlos de Siqueira

Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Portaria Nº 006/2025

Área de Planejamento:

Jefferson Ruan Barbosa Santos

Secretário Municipal de Planejamento

Portaria Nº 093/2025

Área Técnica:

Guilherme Bezerra de Siqueira

Responsável Técnico de Projetos de Engenharia

Engenheiro Civil - CREA/AL Nº 021868431-2

PREFEITURA DE
DOIS RIACHOS
Terra do coração da gente!



ANEXO do ETP

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
OBRAS E SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA - LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS

PREGÃO ELETRÔNICO
90007/2025
(Processo Administrativo nº 0604001/2025)

BDI

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA
Compra/Serviço/Obra:	SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA

COMPOSIÇÃO DAS BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI						
Itens	Siglas	% Adotado	Situação	1º Quartil	Médio	3º Quartil
Administração Central	AC	4,01%	-	3,80%	4,01%	4,67%
Seguro e Garantia	SG	0,40%	-	0,32%	0,40%	0,74%
Risco	R	0,56%	-	0,50%	0,56%	0,97%
Despesas Financeiras	DF	1,11%	-	1,02%	1,11%	1,21%
Lucro	L	7,30%	-	6,64%	7,30%	8,69%
Tributos (Impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%	-	3,65%	3,65%	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	3,00%	-	0,00%	2,50%	5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - Lei 12.546 de 14/12/2011 - Desoneração)	CPRB	3,60%	OK	3,60%	3,60%	3,60%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	22,00%	OK	19,60%	20,97%	24,23%
BDI COM desoneração	BDI DES	26,89%	OK			